



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 23/2009

**ACTA DA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA
NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2009: -**

-----Aos catorze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Mira e sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a presidência do Ex.mo. Presidente da Câmara, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, estando presentes os Vereadores senhores João Evangelista Rocha de Almeida, Dr. Manuel de Jesus Martins, Dr^a. Sandra Margarida Santos Pereira, Luis Filipe Cruz Barreto, Dr. Luis Miguel dos Santos Grego, Prof. Saul dos Santos Rico e a Coordenadora Técnica, Olívia da Conceição Calisto Petronilho Azenha Eulálio. Presentes também os chefes da Divisão Administrativa e Jurídica, Dr^a. Carmen da Conceição Santos e da Divisão de Obras Municipais, Eng^o. Rui Manuel Reixa da Cruz Silva-----

-----Pelo sr. Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, sendo 14:30 horas, tendo-se entrado, de imediato na ordem do dia da reunião. -----

----- Ponto Único: ORÇAMENTO, PPI E AMR'S PARA O ANO DE 2010 -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, do sr. Presidente da Câmara e Vereadores senhores Dr. Manuel Martins, Dr^a. Sandra Pereira, Dr. Miguel Grego e Prof. Saul Rico e dois votos contra, dos senhores Vereadores João Rocha de Almeida e Luis Filipe Barreto, aprovar a *proposta n.º 312/2009*, de 09 de Dezembro corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser aprovado, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

actual redacção, o Orçamento, PPI e AMR's para o ano de 2010, bem como o mapa de pessoal para 2010, documentos que se encontram anexos à presente acta, dela ficando a fazer parte integrante. -----

-----Mais foi deliberado submeter o assunto à aprovação do Órgão Deliberativo do Município, nos termos da alínea b), do nº. 2, do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----O sr. Presidente da Câmara, iniciou a sua intervenção começando por dar os parabéns aos serviços pela forma como têm evoluído no modo de apresentação da documentação, tendo, logo de seguida, feito uma breve explanação àcerca do documento em si. Assim, disse que o plano, de forma geral, decorria da continuidade de um projecto já traçado anteriormente e apresentado em programas eleitorais, estando parte do orçamento comprometido com essa mesma dinâmica, com muitas obras que já estavam concluídas, outras em execução e outras ainda em fase de iniciação; que, o mesmo não era alheio à situação geral que o país atravessava, impondo responsabilidades acrescidas a todos os municípios que lutavam com muitas dificuldades, desde logo porque cada vez mais as competências eram mais alargadas mas não existia depois a necessária e atempada disponibilização das verbas, designadamente do QREN 2007/2013, que só agora começava a dar alguns frutos, embora estivessem acauteladas muitas candidaturas para o Município de Mira; que, o orçamento traduzia a continuidade do combate a alguns problemas estruturais existentes no concelho, como era o caso do saneamento e outras questões de fundo que afligiam o concelho que, sendo um concelho com a sua tipicidade e as suas potencialidades, tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

também algumas lacunas graves que vinham de longa data, sendo necessário combater esse atraso estrutural, apesar do muito que tem vindo a ser feito. Disse que o presente orçamento tinha em conta as obras que estavam concluídas e que tinham que ser pagas e de outras que se pretendia fazer, indo ao encontro do progresso e da dinâmica que o concelho necessita e clama e que muito mais haveria a dizer mas que preferia aguardar as questões que os senhores Vereadores pretendessem colocar, estando também ali os técnicos para melhor esclarecerem as dúvidas porventura expostas. -----

-----O sr. Vereador Filipe Barreto interveio e disse que, feita a análise do documento, tinha ficado com a ideia reforçada daquilo que tinha já sido dito aquando da aprovação do orçamento para 2009, de que se tratava de um documento eleitoralista e agora ali estava a prova, tanto que das principais obras para 2010 eram obras feitas em 2009 que não tinham sido pagas, revelando-se uma forma de gestão muito pouco racional; que, o orçamento de 2010 era um “orçamento de alfaiate”, à medida, em que a receita apresentada não era real, era virtual, face aos compromissos já assumidos. A finalizar perguntou qual tinha sido a taxa de execução do orçamento do ano anterior. -----

-----O sr. Presidente da Câmara disse que o actual orçamento não era, como não tinha sido o de 2009, um orçamento eleitoralista e tanto não era que assim o entendeu o povo de Mira e também não achava que pudesse ser apelidado de “orçamento de alfaiate”, uma vez que contemplava questões tão importantes como a Educação, o Abastecimento de Águas, Saneamento, Acção Social, Modernização Administrativa, Protecção Civil, Ambiente, Turismo, etc.; que, todos gostariam de apresentar um orçamento melhor, no entanto o mesmo era o orçamento possível, em adequação com as potencialidades



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

existentes e também as dificuldades emergentes; que, as questões do endividamento assustavam muito algumas pessoas, mas as coisas tinham que ser encaradas numa perspectiva moderna e de desenvolvimento, sendo certo que existiam certas dificuldades em angariar algumas receitas, isso ninguém negava, no entanto o que se pretendia era um orçamento ambicioso mas com rigor. Quanto à taxa de execução, disse que rondava os quarenta e tal por cento e muitas das dificuldades se prendiam com a falta de disponibilização das verbas do QREN. A terminar, disse que o problema do concelho de Mira era um problema estrutural que ainda hoje se vinha acentuando, aos vários níveis, sendo necessário criar as bases infra-estruturais para que o concelho possa seguir o seu ritmo normal de desenvolvimento. -----

-----O sr. Vereador Filipe Barreto fez uma correcção no sentido de dizer que não se tinha referido ao orçamento de 2010 como eleitoralista, antes que o presente orçamento vinha reiterar o que se tinha dito sobre o orçamento de 2009 que era um orçamento eleitoralista e que a provar isso, bastava ver na parte do “Ordenamento do Território”, em que era referido que grande parte dos projectos inscritos eram compromissos assumidos e não pagos do ano anterior, que assim oneravam o orçamento para 2010.----

-----O sr. Vereador Dr. Miguel fez umas breves considerações relativamente ao documento em apreço, tendo dito que aquele não era, de facto, o orçamento perfeito e, obviamente, que era um “orçamento de alfaiate”, no sentido de que tinha sido feito à medida das coisas baterem certas e havia realmente compromissos assumidos que tinham que ser honrados; que, os dinheiros dos fundos comunitários não eram recebidos por avanço, daí que se tinha que ter coragem de avançar com os projectos e as obras



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

para, posteriormente, ser solicitado o reembolso financeiro daquilo que era executado; que, algumas das situações se agudizavam fruto do atraso no desbloquear das verbas do QREN, sendo ínfima a respectiva taxa de execução de financiamento de pagamentos. Quanto à taxa de execução do orçamento, de quarenta e tal por cento, disse que até era uma “taxa simpática”, tendo em conta o ano de crise e em que a receita não alcançada era quase só a falta de entrada das comparticipações financeiras, o que, aliás, era praticamente mal geral, a nível de todos os municípios. -----

-----O sr. Vereador Filipe Barreto interveio novamente para dizer que um orçamento deveria traduzir as grandes opções de desenvolvimento para o concelho e sobre as obras feitas e ainda não pagas, perguntou qual o retorno que tinham para o concelho, algumas obras como era o caso dos melhoramentos feitos na Lagoa, os novos armazéns, etc. Disse que continuava a persistir no orçamento a venda de terrenos, sendo da opinião que, em ano de crise, não seria aquele o melhor momento para vender, pelo que sugeriu que fossem repensados alguns valores constantes da parte das receitas e que fosse também repensada a altura de se venderem os terrenos destinados ao campo de golfe, não devendo ser feita a delapidação do património meramente porque existia a urgência do dinheiro. Solicitou esclarecimento, no tocante à área da Educação, sobre a construção do Pólo Educativo da Zona Sul, obra que estava a decorrer, com um total previsto em orçamento de 729.735,00 €, enquanto que, dos elementos afixados no local se constatava que a obra tinha prazo de execução de sete meses e um valor de quinhentos e tal mil euros. Mais disse que seria importante, pelo menos no tocante ao orçamento do próximo ano, que o mesmo fosse um documento participativo, no sentido



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de que o povo de Mira fosse chamado a participar, por forma a tomar conhecimento da utilização dada aos dinheiros públicos, à semelhança daquilo que outros municípios faziam e que a própria lei previa, em que era reservada uma verba para que os munícipes pudessem decidir o que fazer com esse dinheiro. -----

-----Quanto à existência ou não do retorno do investimento feito nas obras a que o sr. Vereador Filipe Barreto aludiu, o sr. Presidente da Câmara disse que não se iria pronunciar, até porque isso seria fazer futurologia. Já quanto à questão de poder ser revista a venda de património, disse que o município carecia de receitas e as opções poderiam sempre ser questionáveis. Sobre o Pólo Educativo, disse tratar-se de uma grande obra, praticamente concluída e que correspondia às exigências do Ministério da Educação, sobre a qual o sr. Vereador Dr. Miguel Grego, como Vereador com o pelouro da Educação, melhor poderia falar.-----

-----Assim, o sr. Vereador Miguel, esclareceu que o Pólo Educativo tinha sido previsto na Carta Educativa do Concelho de Mira, tendo sido obtido o devido parecer favorável, estava praticamente concluída, faltando apenas o parecer final do GEPE, estando prevista uma reunião com a nova directora, a qual iria ver e avaliar o estado da obra por forma a ser emitido o parecer em falta, porquanto o mesmo teria que ser apresentado na última reunião da Comissão Executiva da CIM-BM, a decorrer na próxima quinta-feira, tendo em vista o financiamento do QREN. Quanto à diferença de verbas a que aludiu o sr. Vereador, disse que a mesma se prendia entre a obra física que foi adjudicada à empresa “Construções Marvoense” e o restante, relativo ao equipamento necessário à escola.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Técnica Superior, Dr^a. Cristina Morais esclareceu que, relativamente à diferença de verbas, o que se passava era o seguinte: o valor dos 729.735,00, englobava duas rubricas, uma respeitante ao valor executado até 31 de Dezembro e a verba efectivamente dotada, que constava em orçamento de cerca de quinhentos mil euros, a qual poderia ser acrescida de IVA ou de revisão de preços. -----

-----O sr. Vereador Dr. Manuel Martins, a propósito do retorno de certas obras executadas, a que se referiu o sr. Vereador Filipe Barreto, disse que quando se falava de saneamento, estradas, armazéns, arranjos de escolas, etc., o bem-estar dos munícipes e o desenvolvimento do concelho era um retorno mais do que suficiente que se podia esperar desses melhoramentos.-----

-----O sr. Vereador João Rocha de Almeida interveio começando por elogiar a qualidade do trabalho apresentado pelos serviços, tendo depois questionado qual era o valor pago ao município de Cantanhede pelo fornecimento de água ao concelho de Mira, valor esse que, certamente por defeito seu, não tinha conseguido ver plasmado no documento. Continuou, dizendo que o que mais lhe impressionava no orçamento em apreço, não era o valor numerário do mesmo, mas o que se depreendia dele próprio, nomeadamente que parecia haver despesas não contabilizadas, muitos pagamentos adiados e receitas irrealizáveis. Chamou a atenção para os encargos fixos no valor de, sensivelmente, nove milhões de euros, já com despesas com pessoal incluídas, o que representava alguma preocupação de segurar uma gestão municipal com encargo anual fixo de juros, amortizações, pessoal, SIMRIA, ERSUC, indemnizações por se ter desistido da creche de Mira, etc., pensando estar-se a atingir a “linha vermelha” em



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

termos de gestão financeira do município. Outra preocupação sua, disse ser o facto de não ver plasmadas no orçamento as promessas constantes do programa eleitoral que deu origem a que a escolha do eleitorado recaísse sobre o sr. Presidente, designadamente porque as dificuldades financeiras do município o não permitiam. Disse também que o novo orçamento não se referia ao Montalvo, como também não via que a freguesia de Carapelhos fosse contemplada, assim como a freguesia do Seixo, constando apenas saneamento para Cabeço e Seixo em 2011; que, também não se referia à habitação social e habitação a preço controlado, ao ordenamento da Videira Sul, ao Miroásis, enfim, uma série de factores que julgava que o orçamento devia contemplar. Relevou ainda da sua posição sobre o orçamento que o considerava mais um orçamento rectificativo ao de 2009, do que um orçamento para 2010 e era nessa base que verificava o que lhes tinha sido presente; que as dívidas eram para se pagar, a Câmara era uma instituição de bem e a forma das circunstâncias assim o determinava, mas aquele não era, logicamente, o seu orçamento. -----

-----O sr. Presidente disse que conhecia bem o sr. Vereador João Rocha de Almeida, já de há muitos anos, tendo mantido com ele relações de cordialidade e até de alguma cumplicidade e tinha por ele muito respeito, por aquilo que representou, pelo cidadão e pelo autarca que foi, no entanto que ele não o levava para aquele tipo de discussão numa reunião de Câmara, outrossim, teria tido muito gosto em rebater algumas das questões durante a campanha eleitoral, se isso se tivesse proporcionado e para isso tivesse havido condições, que não tinha havido; que, além do pagamento da água a Cantanhede, o que o tinha preocupado quando chegou à Câmara, tinha sido o facto de ter metade do



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

concelho sem água canalizada e ao domicílio, tendo havido um grande esforço por parte da Câmara Municipal, em termos de projectos e de fundos comunitários para resolver a questão, um trabalho imenso de uma grande equipa e, felizmente, o problema estava resolvido. Relativamente ao custo exacto do pagamento da água a Cantanhede, disse que não tinha presente os valores, mas que esses dados poderiam ser fornecidos posteriormente, até porque nada tinha a esconder e aquele tratava-se de um grande projecto. Quanto às outras questões levantadas, como o Montalvo, habitação social, etc., disse que se tratava de preocupações diárias do executivo, que muitos problemas tinha encontrado quando tinha chegado à Câmara e cada um dos processos tinha a sua história e a sua complexidade e cada um dos temas daria, certamente, para uma reunião temática, mas naquele momento não pretendia desenvolver o assunto. A finalizar, disse que cada um fazia o melhor em prol do concelho, com visões diferentes, obviamente e bem percebia a intervenção do sr. Vereador Rocha de Almeida, mas numa altura daquelas, em início de mandato, ainda nem se tinha apresentado o orçamento e já se vinha pressentindo uma intenção de contestação da parte da oposição, o que lamentava e que, tudo o que tinha sido ali dito teria sido bom para o concelho se tivesse havido oportunidade de discutir as questões durante a campanha eleitoral, mas agora o tempo era de trabalho, de tentar fazer o melhor e cumprir com as promessas feitas ao eleitorado. -----

-----Quanto à questão colocada sobre o pagamento da água a Cantanhede, o sr. Vereador Rocha de Almeida esclareceu que apenas se referiu ao assunto por não ter conseguido ver no orçamento a indicação do custo previsto e nada mais do que isso,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tendo a Dr^a. Cristina Morais explicado que o custo era relativo e encontrava-se diluído na rubrica 04.01.02.02.25. -----

-----O sr. Vereador Rocha de Almeida solicitou ao sr. Presidente que fosse disponibilizada uma resposta no tocante ao abastecimento de água e disse que, se o sr. Presidente tinha encontrado muitos problemas no concelho quando tinha iniciado funções, ele próprio não tinha encontrado menos e tinha resolvido alguns, desde logo a execução de 3 depósitos de água, em Carromeu, Leitões e Presa para que, posteriormente, fosse possível estender o abastecimento de água a todo o concelho. Quanto ao saneamento, disse que, no seu tempo, o concelho de Mira era o mais dotado em termos de tratamento de saneamento, em toda a região, com duas estações de tratamento em funcionamento, a da Praia e a de Mira. -----

-----O sr. Vereador Dr. Miguel lembrou que o facto de não estar plasmado no documento o nome de Carapelhos, ou Seixo, ou Montalvo, etc., não significava que não fossem lá executadas obras e assim tem sido, com a execução de obras em parceria com as associações locais, como era o caso de Carapelhos e Seixo e as mesmas continuavam a estar previstas no orçamento, até mesmo na rubrica de apoio às associações. Lembrou a este propósito o apoio dado à execução do lar de idosos do Seixo, o centro escutista, salão paroquial do Seixo, a obra de Carapelhos, o apoio dado às equipas de futebol, entre outras e referiu também como sua preocupação fundamental a resolução do caso do Montalvo, em que, ao contrário daquilo que se tinha tentado veicular, não tinha sido aprovada nenhuma ilegalidade, apenas existia um litígio com a empresa e não era possível à Câmara Municipal avançar com aquilo que estava contratualizado no QREN,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

sendo apenas possível avançar quando estivessem reunidas as condições técnicas que estavam a ser debatidas judicialmente.-----

-----O sr. Vereador João Rocha de Almeida aclarou a sua intervenção, dizendo que o que pretendia dizer era que fosse visível, de forma inequívoca, a existência de duas ou três obras nas freguesias de Seixo e Carapelhos e não, de uma forma global que aparecessem verbas, por exemplo de duzentos mil euros para viação rural, não se encontrando definidas as obras em concreto. -----

-----Em jeito de comentário final, o sr. Presidente da Câmara disse que, antes do 25 de Abril, e mesmo após, já no Portugal democrático, o concelho tinha sentido grandes dificuldades e quem visse o concelho nessa altura e o visse agora não o reconhecia; que, tinha sido na década de 80/90 que as coisas tinham tomado um rumo diferente e nos dias presentes o concelho, embora ainda com muitas lacunas, era um concelho completamente diferente e dentro desse espírito colocava o orçamento à aprovação, solicitando a anuência de todos, uma vez que, no geral, as grandes obras necessárias para o desenvolvimento do concelho, estavam ali contempladas mesmo não sendo aquele o orçamento desejado, no fundamental as obras ali plasmadas eram inequívocas e indispensáveis ao progresso do concelho de Mira. -----

-----Seguiu-se a votação, tendo-se obtido o resultado atrás enunciado. -----

-----**Declaração de voto:** -----

-----O sr. Vereador Rocha de Almeida salientou que a declaração de voto dos Vereadores do PSD fá no sentido da coerência com a posição tomada, porque, efectivamente, não viam plasmadas no orçamento coisas essenciais para o concelho, já



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

atrás referidas. Igualmente declarou que pretendiam deixar expresso que o sr. Presidente podia continuar a contar com a oposição no sentido de que estariam atentos à utilização e futuro desenvolvimento da aplicação do plano e do orçamento e que estariam ali atentos para sentir e compreender o que lhes fosse apresentado para apreciarem. -----

-----O sr. Vereador Prof. Saul declarou que tinha votado a favor porque pensava que o actual orçamento era a continuação daquilo que de bem tem vindo a ser feito no concelho e iria dar azo a que se continuasse no caminho certo rumo ao futuro.-----

-----O sr. Vereador Dr. Miguel declarou que o actual orçamento não era o desejável mas era o possível e que todos queriam mais coisas mas as dificuldades eram muitas e não se podia fazer tudo, todavia Mira tinha conseguido fazer uma série de parcerias com entidades regionais e nacionais que lhe permitia não ser uma ilha, não viver fechada sobre si própria e de mãos dadas com outros, fazer cada vez mais e melhor.-----

-----A sr^a. Vereadora Dr^a. Sandra declarou que, em primeiro lugar lamentava a atitude dos senhores Vereadores da oposição, contudo já de há quatro anos que todos estavam habituados àquela tomada de posição e, por outro lado, congratulou-se por estar a ser dado seguimento ao trabalho para que o concelho continue em movimento. -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, sendo 15:40 horas, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da respectiva acta, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

-----E, para constar, se lavrou a presente acta, que eu, _____ na
qualidade de secretária, redigi. -----

(*O Presidente da Câmara:* João Maria Ribeiro Reigota, Dr.)

(*Secretária:* Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)